

## Marcos 16.9-20 e a doutrina da Inspiração

Por mais de cem anos, tem sido um clichê da crítica textual do Novo Testamento argumentar que Marcos 16:9-20 não foi e não poderia ter sido escrito por Marcos (ou por quem quer que escreveu o resto do livro), que a passagem foi adicionada posteriormente. No entanto, entre aqueles que querem crer ou afirmar que o Evangelho de Marcos foi inspirado pelo Espírito Santo, que é Palavra de Deus, não conheço ninguém que esteja preparado para crer que pode realmente ter sido a intenção de Deus terminar o livro com εφοβουντο γαρ ("porque temiam"), verso 8. A hipótese mais popular parece ser que o autógrafo foi produzido como um códice (não como um rolo) e que a folha (ou folhas) contendo o seu final original foi rasgada fora e perdida antes que qualquer cópia fosse feita.<sup>1</sup> Quero examinar as implicações da alegação que os vv. 9-20 não fizeram parte do autógrafo e que o término original desapareceu por completo (qualquer que seja a explicação para tal circunstância).

Estou escrevendo da posição de uma pessoa que crê na inspiração plenária e verbal das Escrituras e estou me dirigindo àqueles que creem (ou gostariam de crer) que a Bíblia é a Palavra de Deus escrita — "*toda a Escritura é divinamente inspirada*" (2 Timóteo 3:16).

Então, declaramos que o Espírito Santo inspirou o Evangelho de Marcos. E por que faria Ele algo como isso? Evidentemente Deus queria que as gerações subseqüentes tivessem uma biografia oficial de Jesus Cristo, uma descrição da Sua vida, morte e ressurreição cuja exatidão fosse garantida e cujo conteúdo fosse suficiente para Seu propósito. (Que existem várias biografias oficiais escritas de perspectivas diferentes não é obstáculo para a integridade de cada uma individualmente.) Pois bem, acho inconcebível que uma biografia oficial do Filho, comissionada pelo Pai e escrita sob o controle de qualidade do Espírito Santo, omita provas da ressurreição de Cristo, exclua todas as Suas aparições pós-ressurreição, e termine com a cláusula "*porque temiam*"!

Mas a maioria dos críticos modernos nos assegura que tal é o caso, que o texto genuíno termina no verso 8. Mas então, onde estava Deus esse tempo todo? Se a avaliação dos críticos for correta, parece estarmos entre uma rocha e um lugar duro.<sup>2</sup> O Evangelho de Marcos, como se encontra, estaria mutilado (se terminar com v. 8), o final original tendo desaparecido sem deixar vestígios. Mas, nessa hipótese, que seria do propósito de Deus ao comissionar esta biografia? Diríamos que Deus foi incapaz de proteger o texto de Marcos ou que Ele apenas não lhe ligou a mínima? Qualquer dessas opções seria fatal para a afirmação de que o Evangelho de Marcos é "*divinamente inspirado*".

Se Deus tentou, mas foi impotente para impedir que Marcos fosse mutilado de tal modo, como podemos estar seguros de que o livro não foi mutilado em outros locais e de outras maneiras, ou mesmo mutilado sistematicamente? Pior ainda, como podemos estar seguros de que outros livros do Novo Testamento (ou talvez mesmo todos eles) também não foram mutilados? Seja como for, o grau de mutilação não seria mais a questão principal, porque

---

<sup>1</sup>Ver, por exemplo, B.M. Metzger, *A Textual Commentary on the Greek New Testament* (New York: United Bible Societies, 1971), pag. 126, nota de rodapé 7.

<sup>2</sup>N.Trads: em inglês, a expressão equivale a estarmos em insuportável dilema, tal como entre morrer e morrer, ou escolher entre a guilhotina e a força.

se Deus foi incapaz de proteger Sua Palavra, então Ele não seria realmente Deus e não faria muita diferença o que Ele disse. A Bíblia perderia sua autoridade e, conseqüentemente, sua importância.

Que tal a outra opção — que Deus poderia ter protegido Marcos mas escolheu não fazê-lo? Que valor teria controle de qualidade se este se estendeu apenas à escrita do autógrafo? Se Deus permitiu que o final original de Marcos se perdesse antes que quaisquer cópias fossem feitas, então a biografia foi "publicada" em uma forma gravemente incompleta, e torna-se decididamente difícil falar de sua inspiração "verbal e plenária". Se Deus permitisse uma mutilação de tal magnitude, então que segurança temos de que Ele não permitiria qualquer número de mutilações adicionais? Novamente, o problema se estende aos outros livros do Novo Testamento. Controle de qualidade teria desaparecido pela janela e teríamos sido deixados "assobiando no escuro." Se Deus não vai proteger Seu texto, o propósito da inspiração vai se frustrar, não?

### **Mas, e Todas as Variantes, Como Ficam?**

É um fato incontestado que os manuscritos conhecidos contêm um grande número de enganos involuntariamente cometidos no processo de copiar, e mesmo muitas alterações deliberadas. Uma vez que Deus permitiu que isso acontecesse (não há como negar), resta-nos perguntar por que o fez, e com que implicações. Primeiro, o porquê.

Por que Deus permitiria erros e alterações no processo de copiar? Não tenho nenhuma revelação direta a oferecer sobre o assunto, mas suponho que a resposta comece com o propósito de Deus ao criar a raça humana. Parece que Ele desejou um tipo de ser que pudesse lhe corresponder em adoração e amor, um ser que pudesse escolher (João 4.23-24). Em Hebreus 11.6 somos ensinados que Deus exige fé e recompensa aqueles que **diligentemente** O buscam. Isto sugere que o Seu propósito ao criar o homem faz necessário um elemento de teste. A evidência não pode ser irresistível, esmagadora, inescapável, ou não haveria "teste" adequado. Assim, Deus permitiu variantes textuais para testar nossa fé e determinação, testar nossa atitude, testar nossa disposição de procurarmos respostas humildes e pacientemente (Provérbios 25.2 e Apocalipse 5.10).

Um outro aspecto da criação de seres com volição é que tanto Deus como o homem têm que viver com as conseqüências do exercício dessa volição. Se Ele exerce controle completo, tornamo-nos robôs e perde-se toda a razão do exercício. Mas aí de nós, a maior parte da volição humana é expressa em rebelião contra nosso Criador. Uma grande porção desta rebelião tem sido dirigida contra Sua Palavra — usualmente rejeitando-a, mas às vezes tentando alterá-la.

Além de tudo isso, nossas habilidades e capacidade de entender são limitadas. Como é dito em 2 Coríntios 4.7, somos meros "*vasos [panelas] de barro*". Mesmo se os autógrafos tivessem sido entalhados em tábuas de ouro e miraculosamente preservados intatos até a presente hora, quem de nós poderia oferecer uma "perfeita" interpretação daquele Texto? (Quem quer que esteja trabalhando a partir de uma tradução está lidando com alguma imperfeição antes mesmo que comece, porque nenhuma tradução pode ser perfeita — a natureza da linguagem não o permite). Desde que nosso entendimento está condenado a ser imperfeito, em qualquer caso, será realmente necessário termos um Texto perfeito? Se

não o for, haverá algum ponto no qual a quantidade de imperfeição deixa de ser "tolerável"? Isto nos traz às implicações. Começarei com algumas analogias.

Nossa vida diária fornece várias analogias que iluminam a questão. Durante toda a nossa vida usamos instrumentos de medir — réguas, "metros" de madeira, fitas métricas, trenas — que variam levemente um do outro. Compramos muitas coisas por medida, sem questionarmos a acurácia do instrumento de medição, mesmo que uma comparação exata revelaria discrepâncias entre instrumentos. Por que não questionamos? Porque as discrepâncias não são grandes o bastante para nos preocuparem e porque sabemos que há um padrão absoluto a consultar, se for necessário. No *Bureau of Standards* em Washington, D.C. [e no Instituto Nacional de Pesos e Medidas, em Brasília, DF], em uma caixa hermeticamente selada, está o metro que é o padrão absoluto e invariável. Quantos de nós têm visto aquele padrão? Muito poucos, comparativamente. Todavia nós nascemos, vivemos e morremos sem ver o padrão e sem sentir nenhuma inconveniência. Assumimos que nossos instrumentos de medição são bastante aproximados para os propósitos práticos usuais, como realmente o são, e vivemos felizes com eles. Sabemos que podemos ir a Washington [ou a Brasília] se uma questão surgir que justifique a despesa.

Se alguém perguntar a um grupo de pessoas que horas são, bem pode obter até dez respostas diferentes, espalhadas dentro de um intervalo contínuo de dez minutos. Convivemos diariamente com uma discrepância de um ou dois minutos entre os diversos marcadores de tempo que consultamos, e achamos que isto não é nada. Duas estações de rádio em uma cidade diferem uma da outra por um minuto ou dois, e assim por diante. O sistema opera suficientemente bem porque há em Greenwich, Inglaterra, um padrão aceito por todos. Eu nunca estive lá e suponho que poucos dos leitores estiveram, mas mesmo assim a vida passa normalmente. Todavia, se não houvesse padrão, cedo estaríamos em apuros.

Quando uma legislatura está estabelecendo uma lei, grande cuidado é tomado com a precisão das palavras porque, uma vez promulgadas e publicadas, tornam-se lei — tornam-se um padrão, mandatário sobre as pessoas sob sua jurisdição. Grande cuidado é tomado com o padrão, mas os oficiais que aplicam a lei não têm que memorizá-la *ipsis litteris*. Tudo que eles precisam é um entendimento razoavelmente exato das intenções e provisões da lei. Quando prende um ofensor e lhe cita a lei pela qual o prende, um policial provavelmente só citará a ideia principal dela. Nenhuma corte aceitará uma desculpa do acusado de que o policial que o prendeu não lhe citou a lei palavra por palavra. (Similarmente, duvido que Deus aceitará uma desculpa de um descrente de que não teve acesso à Lei *ipsis verbis* — é bastante ter a ideia principal). No entanto, durante um julgamento às vezes ênfase é dada à exata "letra" da lei e toda a disposição do caso pode depender da interpretação dada àquela "letra".

Álcool (etanol) pode ser encontrado nas prateleiras de qualquer drogaria, mas raramente excedendo o teor de 92% de pureza [hoje em dia, 70%]; talvez o farmacêutico tenha um suprimento privado com 96%, para propósitos especiais. Mas, para uso doméstico ordinário, 92% é mais que adequado — numa emergência, uma cachaça forte, com 60%, queimar-se e pode ser usado para desinfetar. Pode ser que certos experimentos científicos exijam álcool 100%, mas ele será difícil de obter e bastante caro. Como acontece com todas as mercadorias manufaturadas, quanto maior for seu grau de precisão, pureza ou

"perfeição", mais ela será difícil e dispendiosa de obter. Diferentes propósitos exigem diferentes graus de precisão (em qualquer área), mas para a maioria das pessoas e maioria dos propósitos, na maior parte do tempo o grau de precisão não tem que ser muito alto. Aliás, na maioria dos casos um grau superlativo de precisão seria desperdiçado — o contexto simplesmente não permite que seja completamente utilizado ou valorizado.

Pois então, por que Deus permitiu que erros se introduzissem no Texto, ou por que Ele permite interpretação imperfeita? Em primeiro lugar, toda a razão de ter uma raça humana aparentemente envolve dar-nos a capacidade e a liberdade de pecarmos e sofrermos as conseqüências (tanto individual como corporativamente — quanto maior for o grupo que participa de um pecado, mais sérias e de mais longo alcance são as conseqüências). Mas, em segundo lugar, o uso normal e diário não requer um grau de precisão superlativo — em todo caso, temos mais da Verdade de Deus do que somos capazes de apropriar. No entanto, é a disponibilidade de um padrão reconhecido que nos habilita a tolerar imperfeições secundárias, em uma dada área. Temos o tesouro em "*vasos de barro*", mas o "*tesouro*" tem que existir!

### **Mas, os Autógrafos Não Estão Perdidos?**

Permanece a questão de um padrão perdido. Retornando à analogia dos instrumentos de medição, que aconteceria se alguém roubasse o metro padrão do Instituto Nacional de Pesos e Medidas? Bem, não haveria inconveniente enquanto não soubéssemos disso — continuaríamos felizes como sempre. Mas, se a perda se tornasse conhecida, então a confiança nos instrumentos individuais seria solapada e nossas transações comerciais se complicariam pelo surgimento de discussões sobre o padrão de medição (como tenho observado em certos locais). Creio que temos visto esta síndrome com referência à Bíblia. Até o século 19 quase não havia questionamento sobre o padrão, e a Bíblia era aceita como autoritária, apesar de que o texto que estavam usando não era idêntico ao Original. Mas, durante os últimos 200 anos, críticos têm convencido a maioria (na Europa e América do Norte) de que o padrão se foi, com a resultante confusão espiritual e moral que vemos por todo lado.

O problema, em larga escala, é de percepção. Gerações têm vivido e morrido felizes usando réguas e metros de madeira que não são [absolutamente] perfeitos, sem sofrer quaisquer danos ou inconvenientes — as discrepâncias não eram bastante grandes para ter importância. (No entanto, se alguém tivesse convencido as pessoas que elas tinham um problema insuperável, elas teriam sido feridas — desnecessariamente.) Similarmente, nossos manuscritos e versões contêm discrepâncias, a maioria das quais não são sérias o bastante para importarem para propósitos usuais. No entanto, se alguém faz de um assunto uma "batalha de tribunal", então a existência e identidade do padrão relevante torna-se crucial.

Proponho que a "questão" central tem a ver com a autoridade da Escritura. Quando a Reforma Protestante tomou as Escrituras (nas línguas originais) como a suprema autoridade, a Igreja Católica Romana contra-atacou apontando para as variações textuais

nos manuscritos e desafiando os líderes da Reforma a apresentarem o padrão.<sup>3</sup> Nos séculos dezoito e dezenove, críticos destrutivos foram além das variantes para contestarem a data, a autoria e a composição dos livros individuais da Bíblia. Considero que estes desafios têm sido adequadamente respondidos por outros e retorno ao problema da variação textual.

Como pode variação textual afetar a autoridade da Escritura? Depende. Esta autoridade deve ser vista como absoluta ou relativa? Se estamos preparados para aceitar uma autoridade relativa (esta é a posição "Neo-ortodoxa"), podemos aceitar uma mistura de adulterações no Texto. Mas se desejarmos afirmar autoridade absoluta, o padrão tem que ser perfeito. A Escritura deriva sua autoridade da inspiração divina, mas se qualquer parte do texto não é inspirado, falta autoridade a essa parte. Especificamente, falta autoridade aos erros e às alterações introduzidos por homens falíveis através dos séculos no processo de copiar. Por esta razão, aqueles que afirmam que a Bíblia é inerrante usualmente limitam esta afirmação aos autógrafos. Mas, uma vez que os autógrafos cessaram de existir (eles provavelmente pereceram pelo uso dentro dos primeiros cem anos), que nos adianta? Depende.

As analogias já fornecidas mostram que podemos conviver com pequenas discrepâncias muito comodamente, sem o sentimento de termos sido trapaceados ou enganados. De fato, na maioria dos contextos, insistir em perfeição absoluta seria reputado como irrazoável, se não intolerável. Aceitamos as discrepâncias diminutas, mas não as **grandes**! Se sentimos que alguém está tentando tirar vantagem de nós, nossa reação é imediata. Similarmente, no processo de copiar, temos que distinguir entre enganos honestos (devidos à desatenção) e alterações deliberadas. Ademais, muitas alterações parecem ser relativamente "inofensivas", enquanto outras são patentemente danosas.

Em Mateus 13.25 e 39 o Senhor Jesus ensinou que Satanás semeia joio entre o trigo—isto é verdade a respeito da Igreja e é verdade a respeito do texto bíblico; embora a analogia não seja perfeita, no último caso o joio pode ser comparado a veneno misturado ao Pão da Vida. Para dar uns poucos e rápidos exemplos: as variantes em Mateus 1.7 e 10 que introduzem Asafe e Amós na genealogia de Jesus, são veneno; a variante em Mateus 1.18 que atribui a Cristo uma "origem" é veneno; a variante em Marcos 6.22 que transforma Herodias na filha de Herodes é veneno; a variante em Lucas 3:33 que insere os fictícios Admin e Arni na genealogia de Jesus é veneno (estes provavelmente foram o resultado de descuido ou ignorância do copista, mas os editores modernos que os forçam para dentro do texto impresso são irresponsáveis); a variante em Lucas 23.45, que tem o sol sendo eclipsado [pela lua cheia da Páscoa], é veneno; a variante em João 1.18 que lê 'um deus unigênito' é veneno; a variante em 1 Coríntios 5.1 que nega a existência de incesto entre os gentios é veneno; a omissão de Marcos 16.9-20 é veneno; o uso de colchetes na Escritura impressa (em qualquer linguagem) para insinuar ao usuário que o material circundado é espúrio, é veneno. Por "veneno" eu quero dizer violência feita ao texto bíblico de modo a solapar sua credibilidade.

E agora, onde tudo isso nos deixa? Deixa-nos com milhares de cópias manuscritas (dos escritos do NT), a partir das quais podemos recuperar a exata redação dos autógrafos,

---

<sup>3</sup>Ver Theodore P. Letis, "John Owens Versus Brian Walton," *The Majority Text: Essays and Reviews in the Continuing Debate* (Fort Wayne: The Institute for Reformation Biblical Studies, 1987), pags. 145-90.

desde que avaliemos as evidências com base naquilo que a Bíblia diz de si própria, de Deus e Seus propósitos, do homem, e de Satanás e suas táticas. Aos manuscritos devem ser adicionadas as declarações dos antigos Pais da Igreja e os fatos da História, conforme ambos tenham chegado até nós. Pela cuidadosa atenção a todas as considerações relevantes, podemos identificar e excluir os erros e as alterações, e afirmar com razoável certeza qual a redação dos Autógrafos. Creio que *The Greek New Testament According to Family 35* [disponível em Amazon.com, bem como no meu site: [www.prunch.org](http://www.prunch.org)] traz a exata redação dos Autógrafos

Uma vez que Deus o Filho, enquanto andou nesta terra, declarou enfaticamente que "*até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da Lei, sem que tudo seja cumprido*" (Mateus 5.18), deduzo que Ele jamais permitiria que uma leitura genuína desaparecesse da tradição manuscrita. Sou bem ciente de que Jesus estava presumivelmente se referindo especificamente ao Pentateuco. Como então posso aplicar esta declaração ao NT? Primeiro, jotas e tis se referem a **letras**, não a conceitos ou idéias; de fato, o jota era a menor das letras e o til uma parte de algumas letras. As palavras do nosso Senhor constituem uma declaração um tanto radical sobre a preservação da exata forma do Texto Sagrado através dos tempos. O terceiro capítulo de 2 Coríntios deixa claro que o "*novo testamento*" (v. 6) é de "*maior glória*" (v. 8) que o antigo, incluindo o próprio Decálogo ("*gravado com letras em pedras*", v. 7). Os capítulos 7 até 9 de Hebreus demonstram a superioridade geral do Novo Testamento sobre o Velho e o próprio Jesus tanto garante (7.22) como é o mediador (8.6) deste "melhor" testamento. Chego à conclusão que o interesse protetor que Deus tem no Novo Testamento tem de ser pelo menos tão grande quanto Seu interesse protetor no Velho. 1 Crônicas 16.15 declara que este interesse se estende por mil gerações; em outras palavras, até o fim do mundo (ainda não chegamos a 300 gerações, desde Adão).

Deparar-se com a tarefa de reconhecer qual, entre duas ou mais variantes, é a redação original, é uma coisa; afirmar que algo tão crucial quanto o final de um Evangelho tem desaparecido sem deixar vestígios é outra coisa totalmente diferente. Se Marcos 16.9-20 não for genuíno, então a declaração de Cristo em Mateus 5.18 parece estar errada.

### **A Questão da Canonicidade**

Há uma pergunta adicional — em primeiro lugar, por que afirmamos que Marcos é 'Evangelho'? De onde ele obteve sua canonicidade? Ou, em outras palavras, se Deus vai inspirar um texto para ser usado pelas gerações subseqüentes, Ele tem que garantir que as pessoas o reconhecerão como inspirado. Se a natureza de tal texto não é percebida e ele é relegado ao esquecimento, ou tratado sem nenhum respeito a mais que qualquer outra peça de literatura, então o propósito de Deus será frustrado. Então, por que dizemos que o Evangelho de Marcos é 'Bíblia'? Porque a Igreja, em sua capacidade corporativa, assim o tem declarado, e tal ela tem feito através dos séculos, a partir do segundo (pelo menos). (Não temos evidência concreta do primeiro século, mas a temos do segundo e de todos os séculos subseqüentes.) Foi necessário que Deus operasse através da Igreja para assegurar tanto a canonicidade (o reconhecimento público de sua qualidade) como a preservação [de cada livro da Bíblia]. (Eu diria que a qualidade superior dos escritos inspirados é intrínseca e pode ser percebida por uma pessoa espiritual em qualquer era, mas se a Igreja primitiva

não os tivesse reconhecido eles não teriam sido copiados através dos séculos e assim não nos teriam chegado às mãos.)

O que tem a Igreja dito sobre Marcos 16.9-20, através dos séculos? Com voz unida, quase unânime, ela tem declarado a canonicidade da passagem. Se ela se enganou neste ponto, como sabemos que não se enganou a respeito do restante do livro? Mas desde que sua voz não foi unânime, o próximo passo a tomar é rever a evidência.

### A Evidência Externa

A passagem em questão está contida em cada manuscrito grego conhecido (cerca de 1800) exceto três: os códices B (*Vaticanus*) e  $\aleph$  (*Sinaiticus*), e o minúsculo 304, do século XII. Também está contida em todo lecionário conhecido (lecionários são coleções das lições [e leituras] da Escritura, ligadas ao calendário eclesiástico). A importância desta evidência lecionária tem sido explicada por J. W. Burgon: "Que lições do Novo Testamento eram publicamente lidas nas congregações dos fiéis, seguindo um esquema definido, e em um sistema estabelecido pelo menos tão cedo quanto no quarto século—tem sido mostrado ser um fato histórico indisputado."<sup>4</sup> E, novamente:

Descobre-se que, desde o início, Marcos xvi 9-20 tem sido, em todos os locais e por todos os ramos da Igreja Católica, designado para **duas** das maiores festas da Igreja — Páscoa e Ascensão. Uma circunstância de maior peso ou de maior significado dificilmente pode ser imaginada. Supor que é espúria uma porção da Escritura selecionada pela Igreja universal para tal extraordinária honra, é puramente irracional.<sup>5</sup>

Embora depois de um certo tempo passagens da Escritura viessem a ser designadas para cada dia do ano, a prática evidentemente começou com os fins de semana, e mais especialmente aqueles mais importantes. De acordo com a Lei de Baumstark, as leituras-lições associadas com as grandes festas parecem ter sido as primeiras a serem adotadas.<sup>6</sup> Uma vez que a idéia foi tomada emprestada da prática das sinagogas judaicas, ela bem que pode ter se generalizado durante o segundo século.

Antes que a Igreja começasse a produzir lecionários como tais, manuscritos normais foram adaptados pela colocação de símbolos nas margens (ou no texto) para indicar o início e o fim das leituras-lições. Estes incluíam a palavra  $\tau\epsilon\lambda\omicron\varsigma$  "fim"), quer abreviadamente ou por extenso. Declarações de evidência para a omissão dos vv. 9-20 usualmente mencionam um número de MSS que têm tais símbolos ao final do v. 8 (e, assim, no início do v. 9), alegando que eles foram colocados ali para indicar dúvida sobre a genuinidade dos versos seguintes. Acontece que não apenas Marcos 16.9-20 é uma das mais proeminentes de todas as

---

<sup>4</sup>*The Last Twelve Verses according to S. Mark*, 1871, pag. 207. Reimpresso em 1959 pelo Sovereign Grace Book Club, mas a paginação dada refere-se à edição de 1871 (para achar o local correspondente na edição de 1959, adicione 78 ao número de página na edição de 1871).

<sup>5</sup>*Ibid.*, pag. 210.

<sup>6</sup>W.R. Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark* (Cambridge University Press, 1974), pag. 35. Nas pags. 34 e 35 ele dá um bom sumário da evidência lecionária. Baumstark é considerado como tendo sido o primeiro a demonstrar a tese.

leituras-lições do calendário litúrgico, como também uma outra leitura-lição termina precisamente no v.8.

Considere o que Bruce Metzger escreve concernente ao MS 2386:

Este último, no entanto, é apenas uma testemunha aparente da omissão, pois embora a última página de Marcos termine com εφοβουντο γαρ ["porque temiam"], a próxima folha do manuscrito está faltando, e logo após 16.8 está o sinal indicando o encerramento de uma leitura-lição eclesiástica ... , uma clara implicação de que o manuscrito originalmente continuava com material adicional de Marcos.<sup>7</sup>

Notar sua "clara implicação." Não é óbvio? Não se pode ler além do fim de um livro, assim não faz sentido se colocar ali um sinal de divisão entre leituras-lições. Isto nos faz indagar quais as intenções dos editores de UBS<sup>3</sup>. No aparato deles, como evidência para a omissão dos vv. 9-20, incluem "(Lect? A leitura-lição termina no verso 8)" — isto presumivelmente se refere a sinais de leituras-lições nas margens, uma vez que não pode significar que os lecionários não têm vv. 9-20. Mas sinais de leituras-lições na margem são evidências a favor, não contra! Notar que, ao discutir a evidência para conjuntos de variantes dentro dos vv. 9-20, UBS<sup>3</sup> invariavelmente cita *Byz Lect*, o que significa que seus editores reconhecem que os lecionários contêm a passagem. De fato, da circunstância que eles também listam /185m, parece que o lecionário 185 é o único que não tem os versos no *Synaxarion* (eles aparecem apenas no *Menologion*).

As versões Síriaca, Latina, Coptica e Gótica, todas elas massivamente dão apoio à passagem. Apenas as versões Armeniana e Georgiana (ambas do quinto século) a omitem. Para ser mais exato, cada MS síriaco (cerca de 1000?) exceto um (o Sinaítico, usualmente datado ao redor do ano 400) contém a passagem. Embora o Sinaítico seja aparentemente o mais antigo dos MS síriacos em existência, ele não é representativo da tradição síriaca. O próprio B. F. Westcott, escrevendo em 1864, atribuiu a Peshitta ao início do segundo século, concordando com a opinião geral do mundo erudito de então.<sup>8</sup> As exigências da teoria de W-H subseqüentemente os levaram a atribuir a Peshitta ao quinto século, mas Vööbus demonstra que a Peshitta retrocede pelo menos até meados do quarto século e que não foi o resultado de uma revisão autoritária.<sup>9</sup> O Sinaítico é um palimpsesto; foi raspado para dar lugar a algum material devocional, o que é um eloqüente comentário sobre a avaliação da sua qualidade, na sua época!

Cada MS latino (8000?) exceto um (Bobiensis, usualmente datado ao redor do ano 400) contém a passagem. Mas Bobiensis (k) também parece ser a única testemunha, entre todos os tipos, a nos oferecer somente o assim chamado 'final mais curto' — toda outra testemunha que contém o 'final mais curto' também contém o 'final mais longo', exibindo assim uma confluência (incrivelmente estúpida, por sinal!). Agora, tanto quanto eu sei, todos reconhecem o 'final mais curto' como sendo uma aberração, o que significa que Bobiensis é aberrante neste ponto e não representa a tradição latina. Se a tradição latina data do

---

<sup>7</sup>Metzger, pag. 122, nota de rodapé 1.

<sup>8</sup>*The Bible in the Church* (London: MacMillan) pag. 132 (reimpressões nos anos 1890 ainda contêm a declaração).

<sup>9</sup>*Early Versions of the New Testament* (Stockholm: Estonian Theological Society in Exile, 1954), pags. 100-102.

segundo século, temos aqui sustentação do segundo século para o 'final mais longo'. Parece que a única testemunha Coptica que omite a passagem é um MS Sahídico, embora haja uns poucos que exibem a confluência já mencionada (eles são, deste modo, condenados como sendo aberrantes).

O Diatessaron (de acordo com as tradições árabe, italiana e antiga holandesa) e Irineu claramente atestam os últimos doze versos no segundo século! O mesmo faz Hipólito uns poucos anos depois. Então vêm Vincentius, o Evangelho de Nicodemus e as Constituições Apostólicas, no terceiro século; Eusébio, Afraates, Ambrósio e Crisóstomo no quarto; seguidos por Jerônimo, Augustinho, Cirilo de Alexandria, Vítor de Antioquia, etc.

Clemente de Alexandria e Orígenes são usualmente citados como sendo contra a passagem, mas este é um argumento pelo silêncio.<sup>10</sup> Emerge que as obras sobreviventes de Clemente não se referem ao último capítulo de Marcos, mas também não se referem ao último capítulo de Mateus. E daí?

A principal fonte patrística usada contra Marcos 16.9-20 é Eusébio. Parece que ele escreveu uma defesa contra quatro discrepâncias alegadas entre os relatos da ressurreição nos evangelhos, propostas por um certo 'Marinus' (nosso conhecimento baseia-se em um sumário, feito no décimo século, do que ele presumivelmente escreveu, um sumário ao qual falta consistência interna). A primeira discrepância alegada é entre Mateus 28.1 e Marcos 16.9. Fica claro que 'Marinus' está aceitando que v. 9 é "Evangelho" genuíno ou não haveria nenhum problema; então podemos concluir que ele entendeu que esta era a posição da Igreja. Que Eusébio gasta tempo para responder aponta na mesma direção. Ademais, respondendo à segunda discrepância alegada, Eusébio simplesmente assume a genuinidade do relato de Marcos e argumenta que a mudança de fraseologia em Mateus tem sido mal-entendida. No entanto, ao responder à primeira alegação (de acordo com o sumário) ele oferece duas opções: "Alguém poderia dizer que a passagem não é contida em todas as cópias do evangelho de Marcos ...; um outro diz que ambos os relatos (Mateus e Marcos) são genuínos e têm que ser propriamente entendidos." Com a primeira opção ele emprega o modo optativo [no verbo "poderia dizer", no grego], apropriado ao gênero de retórica hipotética (o que significa que nada dito pelo orador hipotético está sendo endossado por Eusébio), enquanto na segunda opção ele muda para o modo indicativo, o que leva a presumir que é esta uma indicação de que ele próprio considerava ser esta segunda posição a correta — tanto que quando passa à segunda discrepância, ele não oferece a opção de rejeitar a passagem.

No entanto, os "cânones" ou "seções" de Eusébio (mas não as assim chamadas "seções de Amônio") podem não ter incluído vv. 9-20. Em alguns MSS gregos o número de seção 233 é colocado na margem ao lado de v. 8 e é o último tal número (em Marcos) — o que significa que a seção 233 começava no v. 8, mas desde que muitas "seções" continham mais que um verso, não sabemos a extensão desta. Mas há mais coisas na estória. Burgon checou 151 MSS gregos que têm as "seções eusebianas" marcadas na margem e ofereceu a seguinte tabulação dos resultados:

---

<sup>10</sup>Os estudiosos da lógica ensinam que não se pode tirar conclusões afirmativas a partir de premissas negativas.

em 3 MSS o último número de seção é 232, posto ao lado do v. 6,  
em 34 MSS o último número de seção é 233, posto ao lado do v. 8,  
em 41 MSS o último número de seção é 234, posto ao lado do v. 9 (?),  
em 4 MSS o último número de seção é 235, posto ao lado do v. 10 (?),  
em 7 MSS o último número de seção é 236, posto ao lado do v. 12 (?),  
em 12 MSS o último número de seção é 237, posto ao lado do v. 14 (?),  
em 3 MSS o último número de seção é 238, posto ao lado do v. 15,  
em 1 MS o último número de seção é 239, posto ao lado do v. 17,  
em 10 MSS o último número de seção é 240, posto ao lado do v. 19,  
em 36 MSS o último número de seção é 241, posto ao lado do v. 20.

Adicionado a isto, a seguinte informação pode ser de interesse:

o MS mais antigo que termina com 232 é A do século V,  
o MS mais antigo que termina com 233 é L do século VIII,  
o MS mais antigo que termina com 234 é Δ do século IX,  
o MS mais antigo que termina com 237 é Λ do século IX,  
o MS mais antigo que termina com 239 é G do século IX,  
o MS mais antigo que termina com 240 é H do século IX,  
o MS mais antigo que termina com 241 é C do século V.<sup>11</sup>

Para as seções 235, 236 e 238, o MS mais antigo é do século X ou depois. Portanto, em três quartos destes MSS os números das seções manifestamente vão além do v. 8, e os dois manuscritos mais antigos (A e C) não ajudam a argumentação pró-omissão.

Jerônimo é citado como sendo contra a passagem porque ele pôs as questões de Marinus nos lábios de uma certa "Hebidia" e usou um sumário das respostas de Eusébio em réplica. No entanto, a própria avaliação de Jerônimo é clara pelo fato que ele incluiu Marcos 16.9-20 na sua Vulgata Latina; ele também citou os versos 9 e 14 nos seus escritos. Hesíquio de Jerusalém (não Severo de Antioquia nem Gregório de Nissa) parafraseia Eusébio em um tratado sobre os ditos "problemas". No entanto, uma vez que citou Marcos 16.19 e expressamente declarou que Marcos escreveu as palavras, sua posição é clara. Vítor de Antioquia também repete Eusébio, e reconhece que os vv. 9-20 faltam em "muitas" cópias de Marcos (não é claro se Vítor tinha verificado e se convencido que isto era verdadeiro, ou se apenas estava citando Eusébio). Então afirma que ele próprio tinha verificado que "muitas" contêm os versos, e apela para "cópias acuradas" e muito especialmente para "o exemplar palestino de Marcos o qual apresenta a verdade do Evangelho" em apoio à sua própria contenção de que a passagem é genuína. Ele chega mesmo a por a culpa da omissão sobre indivíduos que pensaram que os versos eram espúrios.<sup>12</sup>

Infelizmente, ainda podem ser encontrados comentários que reproduzem certas distorções do passado acerca das "scholia"<sup>13</sup> e "catenae".<sup>14</sup> As "catenae" não podem ser alegadas em favor da omissão, como foi demonstrado por Burgon (pags. 135-157). Quanto às "scholia" (notas críticas), a situação parece ser algo como esta:

---

<sup>11</sup>Burgon, pag. 313; para a discussão geral, ver pags. 127-134 e 297-314.

<sup>12</sup>Para documentação detalhada e uma discussão exaustiva, ver Burgon, pags. 19-31, 38-69, 265-90.

<sup>13</sup>N.Trads.: *Scholium* (plural *scholia*) é uma nota ou comentário feito à margem do texto bíblico.

<sup>14</sup>N.Trads.: *Catena* (plural *catenae*) é um série concatenada de versículos relacionados.

- pelo menos 22 MSS simplesmente repetem a declaração de Vítor de Antioquia, a qual inclui a afirmação que ele mesmo tinha se certificado de que "muitas" cópias, incluindo cópias "acuradas" e mais especialmente o "verdadeiro exemplar palestino," continham os vv. 9-20;
- diversos MSS têm notas de rodapé defendendo os versos, com base em "antigas cópias de Jerusalém" (a atenção é dirigida para cada nota de rodapé através de um "+" ou de um "\*" no texto, este sinal sendo repetido antes da nota de rodapé—muito similar ao que fazemos hoje);
- dois MSS dizem que a passagem está faltando em "algumas" cópias, mas presente em "muitas";
- quatro MSS dizem que ela está faltando em "algumas" cópias, enquanto presente em "outras";
- três MSS dizem que está faltando em "muitas" e presente em "muitas" cópias.<sup>15</sup>

Ora, o mais antigo desses MSS é do século X (a maioria é posterior), portanto os copistas estavam repetindo as "scholia" cegamente, sem nenhuma maneira de saber se elas eram ou não verdadeiras. Permanece o fato que, dos manuscritos hoje em existência, somente três deles não têm a passagem.

Os códices L, Ψ, 099, 0112 e 579 são às vezes alegados como sendo contra a genuinidade dos vv. 9-20, porque também contêm o assim chamado 'final mais curto'. A observação de Metzger (pag. 126) é enganadora — estes cinco MSS não substituem um final pelo outro mas, sim, eles conflam a ambos. Uma confluência condena (ao menos naquele local) os MSS que a contêm, mas nada diz dos méritos relativos das partes componentes.

Temos que retornar aos códices B e Ⲛ, ambos do 4º século e ambos provenientes do Egito (presumivelmente, ver Farmer, pag. 37), sendo geralmente considerados como os dois MSS mais importantes do Novo Testamento (freqüentemente referidos como "os melhores e mais antigos"). A concordância deles em omitirem vv. 9-20 tem sido um fator importante no pensamento daqueles que rejeitam a passagem (uma vez que eles geralmente consideram o tipo-de-texto Alexandrino superior a todos os outros). Contudo, a evidência não é exatamente singela. Códice B é escrito em três colunas por página e, ao se completar o processo de copiar um livro, normalmente começa o livro seguinte no topo da próxima coluna. Mas entre Marcos e Lucas existe uma coluna completamente vazia, a única coluna assim no códice. Considerando que pergaminho era caro, o "desperdício" de tal espaço seria bastante inusitado. Por que o copista fez isso?

Quanto ao códice Ⲛ, a folha dobrada contendo o final de Marcos e o início de Lucas é, para dizer a verdade, forjada. Tischendorf, que descobriu o códice, advertiu que aquelas quatro páginas pareciam ter sido escritas por uma mão diferente e com uma tinta diferente daquelas do resto do manuscrito. Seja como for, uma inspeção cuidadosa revela o seguinte: o final de Marcos e o início de Lucas ocorrem na página 3 (das quatro); as páginas 1 e 4 contêm o equivalente a uma média de 17 linhas de texto grego impresso por coluna (há quatro colunas por página), exatamente como o resto do códice; a página 2 contém uma média de 15,5 linhas de texto impresso por coluna; a primeira coluna da página 3 contém apenas **doze** linhas de texto impresso e deste modo o v. 8 ocupa o topo da segunda coluna, o resto da qual está em branco (exceto por alguns desenhos); Lucas começa no topo da

---

<sup>15</sup>Burton, pags. 116-125, 290-292.

coluna 3, a qual contém 16 linhas de texto impresso enquanto a coluna 4 volta a conter 17 linhas. Assim, na página 2 o falsário começou a espalhar as letras de modo a deslocar o equivalente a seis linhas do texto impresso. Na primeira coluna da página 3 ele ficou desesperado e deslocou o equivalente a **cinco** linhas de texto impresso, somente em uma coluna! Desta maneira [deslocando o equivalente a um total de 11 linhas do texto impresso] ele conseguiu levar duas linhas do verso 8 para a segunda coluna, evitando a reveladora coluna vazia (como a de B). Aquela coluna vazia acomodaria mais 15 linhas de texto impresso, o que, com as outras 11, perfaz um total de 26. Versos 9-20 ocupam 23,5 tais linhas, portanto há abundante espaço para eles. Realmente parece que houve jogo sujo, e não teria havido necessidade disto a não ser que a 1ª mão do MS de fato exibisse os versos disputados. De qualquer modo, ✠ tal qual se apresenta, é forjado e portanto não pode ser legitimamente alegado como uma evidência contra os versos.

Em suma: cada MS grego conhecido (cerca de 1,800) exceto dois (B e 304— ✠ não é "conhecido" porque é forjado neste ponto) contém os vv. 9-20. Cada lecionário grego conhecido (cerca de 2000?) os contém (um deles, 185, os contém somente no *Menologion*). Cada MS siríaco conhecido (cerca de 1000?) exceto um (Sinaítico) os contém. Cada MS latino conhecido (8000?) exceto um (k) os contém. Cada MS cóptico conhecido exceto um os contém. A favor da "inclusão", temos evidência concreta a partir do 2º século (Irineu, *Diatessaron*?). A favor da "exclusão", não temos nenhuma evidência sólida semelhante.

Pareceria que, em algum momento durante o 3º século, MSS omitindo a passagem começaram a ser produzidos no Egito, provavelmente em Alexandria, dos quais dois (ou um) do quarto século têm sobrevivido até os nossos dias. Embora a posição omitidora tenha ganho alguma circulação no Egito, ela não se firmou nem mesmo lá, uma vez que a maioria das testemunhas alexandrinas, incluindo a versão cóptica, contém os versos. Os tradutores da versão armeniana tinham estudado em Alexandria, e a versão georgiana foi baseada na armeniana, o que explica como a posição omitidora escapou do Egito. O resto do mundo cristão parece não ter tomado conhecimento desta aberração. Como declarado na abertura deste apêndice, com voz unida através dos séculos, em todas as partes do mundo (incluindo o Egito), a Igreja universal tem afirmado e insistido que o evangelho de Marcos vai desde 1.1 até 16.20. Face a tudo isto, como pode alguém que nega a autenticidade de Marcos 16.9-20 ainda afirmar a inspiração divina de Marcos 1.1-16.8? Não está ele sendo incoerente?

### **A "Evidência?" Interna**

Não deveria ser necessário prolongar este exercício, mas provavelmente algo deve ser dito a respeito da "evidência interna" que alguns críticos sentem ser fatal à passagem. Dizem-nos que Marcos "nunca" usa certas palavras ou frases que, no entanto, ocorrem no trecho em disputa; que outras palavras ou frases que ele "sempre" usa estão faltando; que o estilo é "estranho" a Marcos; que há problemas insuperáveis com a estrutura de discurso e com o próprio conteúdo; em uma palavra, que é "impossível" que a mesma pessoa possa ter escrito 1.1-16.8 e 16.9-20. E agora, que fazer?

A maioria dos "argumentos" deste tipo que têm sido proposta revela um decepcionante grau de superficialidade ao pesquisar e ignorância da linguagem. Tais supostos argumentos

foram completamente refutados há mais de 100 anos, por J.A. Broadus (*The Baptist Quarterly*, July, 1869, pags. 355-62) e por Burgon (pags. 136-90). Um tratamento moderno (1975) é oferecido por Farmer (pags. 79-103). Eu responderei a um argumento que pode parecer impressionante a um leitor sem muita experiência.

Tem sido alegada como uma circunstância sinistra que Jesus não é mencionado por nome no v. 9 (e nem nos versos seguintes). As regras de estrutura de discurso têm sido violadas, assim dizem eles. Realmente? Consideremos a prática de Marcos em outros locais. Entre Marcos 9.27 e 9.39 Jesus não é mencionado por nome, embora lá hajam duas quebras de parágrafo e uma quebra de seção, mais duas mudanças de local. O próximo ponto onde Jesus é mencionado é 10.5, cinco versos depois de uma quebra de seção e uma outra mudança de local. Entre Marcos 3.7 e 5.6 (75 versos) Jesus não é nomeado embora haja numerosos participantes e diversas mudanças radicais de local, cena e conteúdo. Em cada caso é apenas quando um outro homem é introduzido na narrativa (criando um potencial de ambigüidade) que Jesus é novamente nomeado, uma vez que um mero pronome seria ambíguo quanto a quem se refere. Em Marcos 16 só há uma pessoa morta sendo focalizada, precisamente o participante que tem dominado todo o livro, de sorte que v. 9 só pode se referir a Ele—não há ambigüidade e assim um nome próprio não é necessário. Ao longo dos vv. 9-20 nenhum outro participante singular masculino é introduzido e assim não há necessidade de identificar Jesus por nome. Em contraste, Maria Madalena teve de ser completamente identificada, porque não apenas há mais que uma mulher na narrativa, mas há mais que uma Maria! (A informação sobre os antecedentes, "da qual tinha expulsado sete demônios" (v. 9), é perfeitamente apropriada aqui, e só aqui, porque esta é a primeira vez que ela é enfocada. Nas referências anteriores ela somente fazia parte do grupo.)

Há um aspecto desta situação que não tem recebido atenção suficiente, até onde sei. Quanto mais estridente e cáustico um crítico se torna em proclamar a "impossibilidade" de aceitar Mc. 16:9-20 como genuíno (por causa de estilo, vocabulário e fatores de discurso), mais ele insulta os antigos e solapa a sua própria posição. Afinal de contas, Irineu falava grego koinê como nativo (presumivelmente) — por que não notou ele a "impossibilidade"? Como é que os que falavam grego koinê como língua nativa, que viverem na Grécia e Ásia Menor, e que copiaram Marcos através dos anos, não reconheceram a "óbvia estupidez", a "odiosa mentira"? Como? Como é que críticos modernos (que lidam com grego koinê como uma língua morta e a uma distância de 1800 anos) podem ser mais competentes para julgar algo como isto do que os que tinham grego koinê como língua nativa e que estavam na cena? Irineu conheceu Policarpo pessoalmente, o qual conheceu o apóstolo João pessoalmente, o qual conheceu Marcos pessoalmente. Irineu declara que Marcos escreveu 16.19. Quem entre nós está qualificado para dizer que Irineu estava iludido?

Pareceria ser óbvio que quanto mais absurda se afirma ser a passagem, mais difícil se torna explicar como ela se impôs à Igreja universal, a partir (pelo menos) do segundo século. De fato, se a passagem contém dificuldades, isto poderia facilmente explicar sua omissão em certas regiões. As dificuldades percebidas seriam um estímulo mais que suficiente para ativar editores e copistas treinados na escola alexandrina de crítica textual. Na verdade, em nossos próprios dias há não poucos que acham o conteúdo de Marcos 16.9-20 impalatável e que saúdam com alívio a alegação que a passagem é espúria.

Esperamos que todos os interessados concordarão que a identidade do texto da Escritura deve ser estabelecida com base em evidências, não em preconceitos pessoais. Afirmo que neste caso as evidências são perfeitamente claras e que o testemunho irresistível da Igreja através dos séculos deve ser lealmente aceito.

Vejo aqui um corolário: não apenas Marcos 16.9-20 fica absolvido, como também os códices B e  $\aleph$  ficam julgados e sentenciados por conterem "veneno". Eles também contêm o veneno em Mateus 1.7, 1.10 e 1.18, Marcos 6.22, Lucas 3.33 e 23.45, João 1.18 e 1 Coríntios 5.1. Será que isto não diminui a credibilidade deles como testemunhas?

Confesso que fico perplexo com a dedicação e intensos esforços dos oponentes dos versos finais de Marcos. Por que vão a tantos extremos e despendem tanta energia para desacreditá-los? Uma outra característica curiosa do trabalho deles é a freqüente falsificação das evidências. Por exemplo, em seu conselho a tradutores sobre como proceder ao final do v. 8, A. Pope sugere colocar o seguinte:

[Alguns manuscritos terminam neste ponto]

[Em alguns manuscritos são encontradas as palavras que seguem]

FINAL MAIS CURTO

[Em alguns manuscritos as palavras que seguem são encontradas após o verso 8]

FINAL MAIS LONGO<sup>16</sup>

O que me chama a atenção aqui é a falta de precisão semântica no uso da palavra "alguns". Na primeira vez, ela significa "três". Na segunda, "seis". Na terceira, "cerca de 1700"! Será que um despreparado leitor do artigo de Pope não será enganado? E se alguém seguir o conselho de Pope não irão seus leitores também ser enganados?

Fico imaginando, às vezes, se as pessoas realmente creem no que o Jesus glorificado disse em Apocalipse 22.19.

---

<sup>16</sup>*Selected Technical Articles Related to Translation*, Oct., 1984, pag. 22.